



Fotos Alencar Monteiro

Benevides, Cabral e Ulysses mantêm bom humor, apesar do comparecimento de apenas 59

Ulysses é capaz de dar um tiro na prorrogação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Sou capaz de dar um tiro nisso." Assim reagiu o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, à pergunta do deputado Érico Pegoraro (PFL-RS) sobre se não iria tomar providências contra a tese da prorrogação de mandatos de prefeitos e vereadores. "Esperem pela próxima semana", advertiu Ulysses então aos jornalistas presentes.

O senador Auro Mello (PMDB-AM) acredita que conseguirá a aprovação da emenda apresentada à Comissão de Sistematização propondo a prorrogação do mandato dos atuais prefeitos por mais um ano, para que a eleição dos seus sucessores coincida com as eleições presidenciais. Em sua opinião isso representará uma enorme economia para o País. Sua idéia foi contestada com veemência pelos líderes do PMDB na Constituinte, Mário Covas, e na Câmara, Ibsen Pinheiro, que a consideraram "absurda e uma verdadeira barbárie".

A proposta de Auro Mello beneficia os prefeitos que foram eleitos em capitais onde não havia eleições e em estâncias hidrominerais. "Precisamos evitar que sejam realizadas eleições todos os anos, porque isso iria agravar ainda mais a situação econômica do País, com a mobilização de um contingente absurdo de pessoal", ressaltou Auro Mello, que desafiou os prefeitos contrários

à emenda para que, caso ela seja aprovada, renunciem a seu mandato.

Para Auro Mello, os que estão contra sua proposta "têm interesses pessoais nas eleições". O senador ressaltou que não ganhará nada com esta prorrogação e seu projeto tem o nítido propósito de fazer coincidir os mandatos dos prefeitos com os dos presidentes da República, como desejava a Comissão de Sistematização. "Como as eleições presidenciais ficarão para o ano que vem, ao contrário do que pretendia a Sistematização, nada mais justo do que adiar as eleições de prefeitos", declarou, acrescentando que quem esperou tanto tempo pode esperar por mais um ano.

"Acho um aproveitamento algum propor um absurdo desses", desabafou Ibsen Pinheiro, para quem "mandato é improrrogável; não existe no mundo jurídico este tipo de proposta". Ele explicou que está marcada para terça-feira uma reunião com as lideranças partidárias para que se dê início à redação da legislação ordinária sobre o assunto, de forma a regular as eleições municipais. "Assim, mesmo que a Constituição demore a ser promulgada, as eleições de prefeitos estarão garantidas para o dia 15 de novembro deste ano", completou.

O deputado Paulo Delgado (PT-MG) também considerou inaceitável a proposta de adiamento de elei-

ções. Para ele, trata-se de um retrocesso, pois o povo estará sendo privado de escolher seus novos governantes. Na opinião do deputado petista, o adiamento é uma manobra do PFL apoiada por segmentos do PMDB que querem se perpetuar no poder.

O deputado José Genofino (PT-SP) advertiu que cresce o movimento em favor de prorrogar os mandatos dos atuais prefeitos por dois anos. "Se essa insistência persistir e vir a ocorrer prorrogação dos mandatos dos prefeitos, não sei de que forma a opinião pública reagirá", disse.

QUÓRUM

Ulysses divulgou ontem o calendário do mês de abril da Constituinte: estão programadas 40 sessões, incluindo os fins de semana, para que não seja atrasada a conclusão da nova Carta. Ao anunciar o calendário, disse que vai fazer uma "apreciação cuidadosa" das sugestões recebidas para a punição dos constituintes faltosos.

A sessão de ontem da Assembleia Nacional Constituinte foi aberta pelo primeiro vice-presidente, senador Mauro Benevides, com o quórum de 59 parlamentares. Pouco depois, Ulysses assumiu e encerrou os trabalhos, prometendo à Mesa que já na próxima semana tomaria providências para estimular o quórum.

Jânio sai mesmo no último dia

O prefeito Jânio Quadros reafirmou sua intenção de deixar a Prefeitura de São Paulo no dia 31 de dezembro, apesar de admitir uma eventual prorrogação dos mandatos municipais. Em memorando enviado ao secretário do Governo Municipal, vereador Francisco Batista, Jânio afirma que "se ocorrer o adiamento das eleições municipais, ficará claro que não permaneço na Prefeitura um dia além de 31 de dezembro do corrente ano e isso se deve a razões particulares, imperiosas".

Ainda no memorando, o prefeito diz que entende a prorrogação porque "essa eleição coincidirá com a de presidente da República, em 1989". Se tal não acontecesse, diz, "teríamos perturbações na economia nacional".

Segundo o vereador Rosalvo Alexandre, também do PMDB, "isso só seria possível se Aracaju não fosse uma cidade necessitada de maior arborização e ficasse localizada na floresta amazônica".

A prefeitura de Itaituba, no Pará, pode ter pagado comissão a intermediários para conseguir recursos da Seplan. A informação surgiu em dois depoimentos no inquérito que apura fraudes no Banco da Amazônia (Basa), realizado pela Polícia Federal em Belém.

Ordep Coelho da Silva, ex-gerente da agência do Banco em Itaituba, admitiu ter enviado ordem de pagamento, entre fevereiro e março do ano passado, no valor de 260 mil cruzados em favor de Sônia Maria de Melo Maia, cujo marido Paulo Maia, é funcionário da Seplan e teria intermediado a liberação de verba.

O pedido para a transferência do dinheiro foi feito por Ivan Muniz de Carvalho, ex-funcionário graduado do Basa. Ordep tomou emprestado o valor solicitado e expediu a ordem de pagamento para Brasília.

Paulo Maia foi citado no depoimento de Antônio Nunes, chefe de gabinete do ex-presidente interino do Basa, Augusto Barreira Pereira, o principal acusado no inquérito, já preso, como um funcionário do Palácio do Planalto que telefonava frequentemente de Brasília para Pereira intercedendo em favor de clientes.

Planalto não desiste de celebrar "nova aliança"

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder governista na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, apresentou ontem ao presidente José Sarney um relatório sobre as negociações que vem desenvolvendo para organizar uma "nova aliança", que funcione como base de sustentação parlamentar para o governo. Sant'Anna aproveitou a reunião com alguns ministros, convocados ao Palácio do Planalto pelo presidente para receber informações sobre as medidas econômicas divulgadas ontem, para frisar importância da formação de uma maioria de apoio ao presidente.

Pouco depois, saindo da visita que fez a Sant'Anna em seu gabinete na Câmara, o ministro do Desenvolvimento Urbano, Prisco Viana, admitiu que "está surgindo uma nova aliança, que incluirá partidos e/ou parte de partidos".

Ele se negou contudo a admitir que o bloco vá resultar — "pelo menos imediatamente" — em um novo partido, reforma ministerial ou alteração de pontos polêmicos do projeto da nova Constituição.

Além dos líderes Carlos Sant'Anna e José Lourenço, do PFL, participaram do encontro os ministros Antônio Carlos Magalhães, João Alves, José Hugo Castelo Branco, Íris Rezende, Jader Barbalho, Ronaldo Costa Couto e José Reinaldo, além do assessor especial do presidente, o ex-deputado Thales Ramalho.

Sant'Anna disse que a reunião não foi convocada especialmente para uma avaliação das negociações em torno da formação do bloco da maioria governista: ele "só tomou a iniciativa de abordar o assunto para informar aos presentes que ela está sendo organizada através de uma coalizão de forças". E os partidos que aderirem ao grupo da maioria não perderão sua identidade, "pois a idéia não é organizar uma nova agremiação política".

De acordo com o relato feito a Sarney, a nova maioria "já está expressa, faltando apenas fundamentá-la". Todo governo democrático precisa ser sustentado por uma maioria, argumentou Sant'Anna, e "no caso do Brasil, quando ela não existe, sempre acaba havendo uma crise política".

A nova maioria, explicou, é basicamente formada por forças políticas heterogêneas. "mas nada impede que o conjunto de um partido possa aderir ao bloco".

O deputado informou que o presidente Sarney não fez qualquer pergunta sobre o assunto, "limitando-se a ouvir".

CONSOLIDAÇÃO

"A situação é favorável, mas há necessidade de ações políticas no sentido de consolidá-la. Se pararmos, as forças que se uniram em torno de princípios na defesa do presidencialismo e, por coincidência, apóiam o governo, podem diluir-se." A opinião é do líder do PFL,

deputado José Lourenço, ao definir o sentido da reunião de avaliação política de que participou ontem ao lado do líder do governo, Carlos Sant'Anna. Segundo Lourenço, durante o encontro o que se discutiu foi "a sustentação política do governo, numa análise do quadro de cada estado da Federação". E, otimista, continuou: "Chegamos à conclusão de que a situação é satisfatória, embora precisemos de mais conversa".

O líder do PFL na Constituinte anunciou a realização de uma nova reunião, com os mesmos objetivos, a se realizar na próxima segunda-feira, às 11 horas, sob a presidência de José Sarney.

Prisco Viana, ausente da reunião, mas dela bem informado pelo próprio deputado Carlos Sant'Anna, fez questão de reafirmar que o bloco "não tem nada a ver com a formação imediata de um novo partido, o que exige uma operação complexa e demorada, e que representaria uma agressão aos partidos já existentes". Ele acha que o que se fará, realmente, "é uma aliança com a finalidade de dar sustentação a uma proposta política, defender a última etapa da transição mansa e pacífica, e a uma proposta administrativa que tenha como preocupação primordial a normalização da situação econômica do País". Não se pode fazer bloco parlamentar apenas para apoiar o governo, disse ele. "É necessário ter objetivos doutrinários e programáticos."



Fotos Júlio Fernandes

"Nova aliança", a base parlamentar ao governo é perseguida por Sant'Anna e Antônio Carlos

Invasor da Constituinte paga fiança e fica livre

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O graçom Joany Santos de Souza, de 26 anos, pagou fiança de 20 cruzados e foi libertado pela 1ª Delegacia de Polícia do Distrito Federal. Ele passou a noite de segunda-feira no plenário da Câmara dos Deputados revirando papéis, cadeiras e microfones. Depois, seguiu para a sala onde funciona a CPI da corrupção, no Senado, onde também abriu armários e espalhou documentos.

Mesmo sob a ameaça de ser condenado de seis meses a três anos de prisão por ter danificado o patrimônio da União, Joany garante que não está nem um pouco arrependido do que fez. "É preciso que alguém conteste esta Constituinte, que para mim não

tem validade nenhuma", afirmou, acrescentando que está pronto para outra investida.

Joany foi preso pela segurança da Câmara que, após ouvi-lo, levou-o para a Polícia Federal. De lá, foi transferido para a delegacia de polícia, já que ficou constatado tratar-se de uma simples ocorrência policial, sem envolvimento de natureza política.

Por determinação de Ulysses Guimarães, uma comissão de inquérito tem prazo até o dia 8 para apresentar os responsáveis pela falha na segurança. A comissão é presidida por Luiz Fernando Gomes de Oliveira, assessor da Câmara, que investiga as circunstâncias que permitiram o ingresso e a permanência durante a noite de Joany naquela Casa.

Pressionado, o prefeito demite irmã

ARACAJU
AGÊNCIA ESTADO

O prefeito de Aracaju, Jackson Barreto Lima, do PMDB, anunciou ontem as demissões de sua irmã, Maria Eleonora de Lima Pereira, do cargo de secretária extraordinária do município, e de Sérgio Bezerra, presidente da Empresa Municipal de Urbanização (Emurb). O prefeito vem sendo acusado pelo Tribunal de Contas do Estado que o condenou este mês a devolver aos cofres públicos C\$ 5 milhões, depois de ter julgado irregularidades em três contratos de órgãos da prefeitura com empreiteiras locais.

A irmã do prefeito, Maria Eleonora, era secretária de Serviços Urbanos em 86, quando ocorreram as irregularidades agora reveladas, entre as quais a promoção de uma licitação fraudulenta para contratação de serviços de coleta e transporte de galhos de árvores na cidade. O Tribunal de Contas, além de ter constatado a falsificação de assinaturas de licitantes, verificou a impossibilidade de as caçambas das firmas contratadas terem feito, durante 86, 63.400 viagens transportando galhos de árvores, conforme a prestação de contas da prefeitura.

Segundo o vereador Rosalvo Alexandre, também do PMDB, "isso só seria possível se Aracaju não fosse uma cidade necessitada de maior arborização e ficasse localizada na floresta amazônica".

Intermediação no interior do Pará

BELÉM
AGÊNCIA ESTADO

A prefeitura de Itaituba, no Pará, pode ter pagado comissão a intermediários para conseguir recursos da Seplan. A informação surgiu em dois depoimentos no inquérito que apura fraudes no Banco da Amazônia (Basa), realizado pela Polícia Federal em Belém.

Ordep Coelho da Silva, ex-gerente da agência do Banco em Itaituba, admitiu ter enviado ordem de pagamento, entre fevereiro e março do ano passado, no valor de 260 mil cruzados em favor de Sônia Maria de Melo Maia, cujo marido Paulo Maia, é funcionário da Seplan e teria intermediado a liberação de verba.

O pedido para a transferência do dinheiro foi feito por Ivan Muniz de Carvalho, ex-funcionário graduado do Basa. Ordep tomou emprestado o valor solicitado e expediu a ordem de pagamento para Brasília.

Paulo Maia foi citado no depoimento de Antônio Nunes, chefe de gabinete do ex-presidente interino do Basa, Augusto Barreira Pereira, o principal acusado no inquérito, já preso, como um funcionário do Palácio do Planalto que telefonava frequentemente de Brasília para Pereira intercedendo em favor de clientes.

Saulo investe contra a CPI da corrupção

SERVIÇO LOCAL
E AGÊNCIA ESTADO

O consultor-geral da República, Saulo Ramos, concluiu pela inconstitucionalidade da CPI criada no Senado para apurar denúncias de corrupção no governo, tentando com isso evitar que o genro e secretário particular do presidente José Sarney, Jorge Murad, compareça para depor. O nome de Murad foi envolvido pelo depoimento do ex-ministro Aníbal Teixeira. A CPI investiga os casos de intermediação de verbas do Ministério do Planejamento, na gestão de Aníbal Teixeira.

Saulo Ramos entende que a CPI deve funcionar com poderes limitados, conforme o artigo 37 da Constituição em vigor. O parecer do consultor foi dado no dia 28, com o qual concordou o presidente da República. O consultor ressaltou que a CPI foi instaurada "com absoluto desprezo das regras constitucionais", comparando-a à ação de uma Comissão Geral de Investigações (CGI), criada após a revolução de 64 para apurar irregularidades nos governos anteriores.

A tese do consultor, no entanto, é contestada por políticos e professores de Direito. O senador Carlos Chiarelli (PFL-RS) afirmou, em Porto Alegre, que, juridicamente, o procurador "não tem sustentação" e, politicamente, "comete um grande equívoco". Ele esclareceu que a CPI "não é uma comissão que esteja à ordem do Executivo. É lastimável que tenha havido uma insinuação indevida". Chiarelli lembra o consultor que, além do genro do presidente, estão sendo convocados para depor os ex-ministros Dilson Funaro, Bresser Pereira e João Sayad.

Outro senador, Pompeu de Souza (PMDB-DF) foi mais contundente: "O Saulo é capaz de tudo". O jurista Miguel Reale, pai, afirma que não se pode restringir a interpretação do artigo constitucional para a apuração de uma denúncia, como, por exemplo, de peculato praticado por um escriturário ou chefe de divisão. O que está sendo

apurado, segundo o jurista, é um fato determinado, a intermediação de verbas no Ministério do Planejamento. "Eu não vejo nenhuma inconstitucionalidade nisso", disse o professor Reale.

Goffredo da Silva Telles, professor de Direito Constitucional na USP, foi claro nas críticas ao consultor: "Discordo dele. Não vejo nada de inconstitucional na questão. Penso que as comissões de inquérito no Congresso Nacional são constituídas para apurar denúncias de corrupção. Uma vez descoberto um caso concreto, ele deve ser remetido à Justiça para os devidos fins".

"As Comissões Parlamentares de Inquérito têm de ser instauradas visando um determinado fato", declarou o presidente da Associação Brasileira dos Magistrados, Odyr Porto. Segundo ele, a CPI não pode fazer uma devassa no governo, não pode ir além do fato para a qual foi criada. Odyr Porto, contudo, esclarece que não vê nenhuma inconstitucionalidade na CPI do Senado.

INCONSTITUCIONAL

A tese da inconstitucionalidade foi definida pelo consultor em parecer que encaminhou ao presidente José Sarney. Na mesma hora, o presidente concordou com ela numa nota que escreveu no alto da primeira página do parecer. O documento foi conseqüência de uma consulta feita pelo ministro-chefe da Casa Civil, Ronaldo Costa Couto que, por sua vez, atendeu a uma solicitação do ministro-chefe do SNI, quanto ao resguardo de assuntos sigilosos requisitados pela CPI. O consultor respondeu que os membros da CPI não podem requisitar documentos e informações diretamente às repartições públicas do governo federal. A comissão só poderá fazê-lo, segundo o parecer, através da Mesa do Senado. É o presidente do Senado que deve encaminhar a requisição ao presidente da República. Ninguém mais, como entende o consultor-geral.

Veja a íntegra do parecer na página 28 e 29

Preso o presidente do Basa

RIO
AGÊNCIA ESTADO

O ex-presidente do Banco da Amazônia (Basa), Augusto Barreira Pereira, chegou ontem ao Rio de Janeiro e foi levado à Superintendência Regional da Polícia Federal onde ficará preso à disposição da Justiça. Principal acusado do desvio de US\$ 30 milhões do Basa, Barreira foi detido em Belém do Pará no início de fevereiro e lá continuava em tratamento de saúde. Ele foi vítima de distúrbios cardíacos logo após a detenção.

Ao contrário dos demais envol-

vidos no caso, o ex-presidente do Basa não foi apresentado à imprensa, e só deixará as dependências da Polícia Federal segunda-feira para depor na Justiça Federal às 13 horas.

BILLY BLANCO

Outro dos envolvidos no escândalo do Basa, o compositor Billy Blanco, também detido na Polícia Federal, foi liberado no início da noite de ontem por força de um habeas corpus impetrado em seu favor e concedido pela unanimidade dos membros do Tribunal Federal de Recursos.